

A PERSPECTIVA DO (DES)ACOLHER NAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Ana Julia de Lara RAMPASI¹
Marina Colombo BRUNO²
Joyce Gomes CAMAPUM³
ajlrampasi@minha.fag.edu.br
mcbruno@minha.fag.edu.br
joyce.camapum@fag.edu.br

RESUMO

O Serviço de Acolhimento Familiar é constituído como alternativa ao acolhimento institucional para crianças e adolescentes que foram afastados da família de origem por decisão judicial. Este serviço tem caráter provisório assim como o acolhimento institucional, o que difere é que, no primeiro, há construção de novos vínculos afetivos pela convivência familiar e inserção na comunidade. Este trabalho visa compreender as percepções do processo de desacolher e suas consequências, comparar diferentes formas de enfrentamento do desacolhimento e assinalar percepções similares, sob a perspectiva das famílias que acolhem. A pesquisa foi classificada como descritiva e pretende descrever características de uma população e/ou fenômeno em relação à abordagem do problema. Trata-se também de uma pesquisa qualitativa, na qual a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados foram essenciais. Em relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa de campo; esse método teve como objetivo buscar informações a respeito da problemática proposta pelas pesquisadoras. A análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo, alicerçado nas declarações das participantes. Realizou-se também a análise dos resultados, que se difere em alguma medida, já que os fenômenos observados neste estudo são originários do mundo subjetivo de cada uma. Todavia, destaca-se que algumas percepções acerca do desacolhimento são similares e envolvem sentimento de luto, apesar da consciência da provisoriedade do serviço. Conclui-se que, apesar do sofrimento no processo de despedida, o desejo de cuidar do próximo faz com que essas mulheres desejem continuar no serviço.

Palavras-chave: Serviço de Acolhimento Familiar; Desacolhimento; Vínculo; Crianças; Adolescentes.

¹ Orientadora. Psicóloga especialista, docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail joyce.camapum@fag.edu.br

² Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail ajlrampasi@minha.fag.edu.br

³ Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail mcbruno@minha.fag.edu.br

THE PERSPECTIVE OF (UN)WELCOMING IN HOST-FOSTER FAMILIES

Ana Julia de Lara RAMPASI¹
Marina Colombo BRUNO²
Joyce Gomes CAMAPUM³
ajlrampasi@minha.fag.edu.br
mcbruno@minha.fag.edu.br
joyce.camapum@fag.edu.br

ABSTRACT

The Family Care Service is created as an alternative to institutional care for children and adolescents who have been separated from their family of origin by court decision. This service has a provisional nature, just like institutional care, what differs is that, in the first one, new emotional bonds are built through family living and integration into the community. This work aims to understand the perceptions of the process of unwelcoming in host-foster families and its consequences, compare different ways of coping with this leaving process and highlight similar perceptions, from the perspective of the host-foster families. The research was developed as descriptive and aims to describe characteristics of a population and/or characteristics in relation to the approach to the problem. It is also a qualitative research, in which the interpretation of peculiarities and the attribution of meanings were essential. Regarding technical procedures, field research was used; this method aimed to seek information regarding the problem proposed by the researchers. Data analysis was carried out through content analysis, based on the participants' statements. Analysis of the results was also carried out, which differs somehow, as peculiarities observed in this study originate from the subjective world of each person. However, it is noteworthy that some perceptions about the home care leaving are similar and involve a mourning feeling, despite the awareness of the temporary nature of the service. It is concluded that, despite the suffering in the farewell process, the desire to care for others makes these host-foster women want to keep participating in the service.

Keywords: Family Care Service; Unwelcoming; Bond; Children; Adolescents.

¹ Advisor. Specialist Psychologist. Teacher of Psychology at Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail: joyce.camapum@fag.edu.br

² Academic of the Psychology course at Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. E-mail: ajlrampasi@minha.fag.edu.br

³ Academic of the Psychology course at Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. E-mail: mcbruno@minha.fag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca ampliar a perspectiva acerca do serviço de acolhimento familiar, também chamado de “Família Acolhedora”, que pertence à Política de Assistência Social (COSTA, 2022). O serviço de acolhimento familiar está previsto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata o acolhimento familiar como uma alternativa de proteção, que se difere do acolhimento institucional, normalmente realizado em abrigos. Essas diferenças se dão principalmente pela atenção individualizada à criança; pela possibilidade de construção de novos vínculos afetivos; pela convivência familiar, que traz experiência à criança de uma rotina de família e um sentimento de pertencimento; pela inserção na comunidade, entre outros aspectos (VALENTE, 2013).

Dessa forma, a família acolhedora é entendida como aquela que tem a função de acolher voluntariamente, em suas casas, por quanto tempo for necessário, crianças e adolescentes, protegendo-os e respeitando suas histórias. Ademais, para que o processo transcorra da melhor maneira, cabe às instituições assumirem como responsabilidade a capacitação, acompanhamento e cadastro dessas famílias (VALENTE, 2013).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pode ser implantado em cidades dos mais diferentes portes, inclusive pode coexistir com instituições de acolhimento institucional. As experiências são divergentes entre as cidades, variando com as necessidades e características locais e regionais, assim como mecanismos facilitadores disponíveis ou empecilhos existentes. Esse serviço deve ter sua operacionalização sob a responsabilidade do Poder Executivo na interface de ações com o Poder Judiciário (VALENTE, 2013). No Brasil, há aproximadamente 30 mil crianças e adolescentes acolhidos, entre os quais 5% são atendidos em Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora (PINHEIRO, *et al.*, 2021a).

A pesquisa tem por foco, portanto, ampliar o olhar científico em relação ao desafio do desacolhimento que as famílias acolhedoras experienciam, pois apesar de as crianças atendidas nesse serviço não possuírem laços afetivos ou familiares anteriores com as famílias que as acolhem, esse vínculo é constituído ao longo do processo e, por esse motivo, faz-se necessário compreender como o processo de desacolhimento ocorre, para, a partir disso, transpor possíveis barreiras e abrir caminhos para novos acolhimentos.

Além disso, é de interesse da sociedade que o processo de acolhimento e desacolhimento seja realizado de forma a causar um menor dano aos acolhidos, já que

os serviços socioassistenciais propõem atividades continuadas que têm em vista a melhoria de vida de toda a população e as ações devem ser realizadas para atender às necessidades básicas dos diferentes indivíduos (VALENTE, 2013).

Tendo em vista a transitoriedade do processo de acolhimento, as pesquisadoras se propuseram a investigar as percepções experienciadas pelas famílias que passaram pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em relação ao processo de desacolhimento.

Portanto, a finalidade do presente estudo foi descrever os processos de desacolhimentos vivenciados pelas famílias acolhedoras. Para chegar a tal finalidade, foi necessário identificar as percepções das famílias acolhedoras acerca do processo de desacolhimento, comparar diferentes formas de enfrentamento e assinalar percepções similares entre as famílias acolhedoras a respeito deste processo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 1924 foi anunciada a Declaração de Genebra e, pela primeira vez, declarada a proteção especial à criança e o adolescente, demonstrando uma preocupação internacional sobre o assunto. Alguns anos depois, em 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual os direitos e liberdades das crianças e dos adolescentes estavam implicitamente incluídos. Após isso, a proteção foi novamente objeto de positivação na Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959. Já em 1989, o Brasil, que estava em pleno movimento pós-constituente, assinou a convenção aprovada na Assembleia Geral da ONU: a Convenção sobre os direitos da criança (VALENTE, 2013).

Em 13 de julho de 1990, o Brasil aprovou a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre como respeitar os direitos da criança e do adolescente. O ECA foi responsável por incorporar os avanços que foram discutidos na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas e que resultou no Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias essenciais às crianças e adolescentes (BRASIL, 2022).

O ECA proporcionou inúmeras mudanças ao implementar a proteção integral, na qual crianças e adolescentes começam a ser vistos como indivíduos de direitos, em desenvolvimento e com prioridade absoluta. Além disso, reforçou a responsabilidade

que a família, sociedade e Estado têm na garantia das condições para o desenvolvimento dessa população, além de protegê-la de toda forma de discriminação, exploração e violência. Para garantir que essa proteção integral seja colocada em prática, o governo e sociedade civil trabalham em conjunto por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2022). Todavia, inserir os direitos das crianças e adolescentes não foi algo simples, visto que a sociedade historicamente vinha tratando crianças e adolescentes de forma negligente, e por isso foi um desafio de grandes proporções, que se mantém até os dias atuais (VALENTE, 2013).

A partir do ECA foram criados o Conselho dos Direitos e o Conselho Tutelar, que refletem o esforço para efetivar os direitos da criança e do adolescente na democracia brasileira. O intuito é que esses conselhos trabalhem em conjunto, promovendo e articulando ações para evitar que os recursos e os esforços se percam, integrando as ações governamentais e não governamentais, com o objetivo de garantir a proteção integral (VALENTE, 2013).

O art. 19 do ECA/1990 descreve o direito à convivência familiar e comunitária, garantindo que toda criança ou adolescente tenha direito a ser criado no seio de sua família e, em casos específicos, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária. Foi adicionado a este artigo a Lei Federal nº 12.010/2009, que incluiu três parágrafos, os quais afirmam que, se a criança ou adolescente estiver sofrendo algum tipo de negligência, pode ser afastado de suas famílias, como medida protetiva. Todavia, tais parágrafos que foram anexados expressam que a família de origem terá prioridade para a reintegração na própria família e estabelecem condições que asseguram o caráter transitório das medidas protetivas de acolhimento institucional ou familiar (VALENTE, 2013).

1.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

No século XIII, foi consolidada na Europa a institucionalização de crianças e adolescentes, prática que tem sido utilizada de maneira excessiva no Brasil, desde a época colonial. Sua aplicação por período prolongado durante a infância e a adolescência pode levar a consequências danosas ao desenvolvimento. Esse fato vem interferindo na criação de alternativas em ambiente familiar, a datar do século XX, levando a uma mudança no cenário mundial (TOLEDO, 2022).

A partir da reorganização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Brasil, o acolhimento familiar surgiu como uma alternativa para as crianças e/ou adolescentes que foram afastados da família de origem e estão sob medida protetiva, para que pudessem desfrutar de atenção integral, experiências e aprendizados que são próprios de uma vivência familiar e comunitária. Contudo, é importante ressaltar que o acolhimento familiar não é uma alternativa excludente ao acolhimento institucional e que a melhor modalidade de acolhimento deve seguir de acordo com as demandas que o acolhido apresenta (SANTOS, *et al*, 2021). O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) começou a ser implementado no Brasil nos anos 1990, porém, foi formalizado no início dos anos 2000 (TOLEDO, 2022).

Conforme o Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) 2019 foi possível verificar que, no Brasil, encontram-se 381 unidades do Serviço de Família Acolhedora, sendo que em maior quantidade nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, enquanto os estados das regiões Norte e Nordeste são os que menos oferecem o serviço (BRASIL, 2019, *apud* OLIVEIRA, 2020), uma vez que o Serviço em Família Acolhedora de 2009 foi transformado através da Política Nacional de Assistência Social, conferindo *status* de política pública, o que, no universo da gestão pública, significa o fazer do Estado e a maneira como ele atua (OLIVEIRA, 2020).

Para alicerçar a implementação do Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora, foram utilizados três documentos: a Lei nº 8.699/1990 – Estatuto da Criança e Adolescente; a Resolução nº 109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) – Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; e a Resolução nº 1 Conjunta (2009) do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes), que institui as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (OLIVEIRA, 2020).

A proposta de inovação dos atuais Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora pretende relacionar-se com o desenvolvimento de um trabalho em rede, no compromisso de uma ação em conjunto com a família de origem, na responsabilização do Poder Executivo como executor e articulador do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SANTOS, *et al*, 2021).

No contexto da organização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que se dá através da Política Nacional de Assistência Social na Proteção Especializada

de Alta Complexidade, administrativamente, os gestores e operadores são os responsáveis pela seleção, capacitação e acompanhamento das crianças acolhidas, das famílias acolhedoras e das famílias de origem (OLIVEIRA, 2020).

Acerca do prazo máximo da permanência das crianças e adolescentes nos serviços, o ECA dispõe especificamente sobre o acolhimento institucional 18 meses – artigo 19, § 2º, ECA. No entanto, se necessário, a criança e/ou adolescente que são acolhidos pelas Famílias Acolhedoras podem permanecer por mais de dezoito meses com a família, comprovada a necessidade e fundamentada pela autoridade judiciária. Todavia, como mencionado, a medida de acolhimento, seja familiar ou institucional, é baseada nos princípios da brevidade e provisoriedade, sendo assim, a permanência de criança ou adolescente por longos períodos nessa situação não é recomendável. Portanto, deve-se buscar a solução definitiva para o caso, que é o retorno à família natural ou extensa ou a colocação em família substituta por meio da adoção (SANTOS, *et al*, 2021).

O encaminhamento das crianças e dos adolescentes para o Serviço é de competência da autoridade Judiciária. Já a família acolhedora, quando decide participar do processo, passa por uma avaliação, e é nesse momento que são repassados os primeiros esclarecimentos sobre o Serviço. Em seguida, passa por avaliação psicossocial, avaliação documental, seleção, capacitação, cadastramento e por acompanhamento (OLIVEIRA, 2020).

Para seleção das famílias, são observadas características como: flexibilidade da família; tolerância e relação de apego e desapego; habilidade e motivação para a função; condições da residência; disponibilidade afetiva e emocional e capacidade de escuta e pedir ajuda quando sentir dificuldades e cooperar com a equipe técnica, entre outras (OLIVEIRA, 2020).

Já em relação às atribuições da família acolhedora, é dever: preservar os vínculos e contato com irmãos e parentes quando o acolhimento for realizado por famílias diferentes; certificar-se das tarefas do cotidiano dos acolhidos, incluindo os atendimentos em saúde, cabendo à equipe técnica auxiliar na obtenção destes atendimentos preferencialmente na rede pública. Além disso, a equipe deve ser comunicada caso haja alguma dificuldade em relação ao acolhido ou entre a própria família acolhedora (OLIVEIRA, 2020).

1.3 VÍNCULO COM A FAMÍLIA ACOLHEDORA

Segundo Bowlby (1989), as configurações e mecanismos que envolvem a capacidade de manter e romper vínculos afetivos têm desdobramentos ao longo da vida humana. A qualidade na formação desses vínculos e a forma como são desfeitos repercutem em relações futuras e em habilidades sociais diversas. O apego pode ser entendido como a predisposição da criança a buscar o convívio e o contato com determinada pessoa. Na infância essa figura geralmente é a mãe, o pai ou a pessoa responsável que exerce o cuidado com a criança. O apego é evidenciado em momentos difíceis, de medo, ansiedade, questões de saúde, etc.

O autor afirma que os modelos de vínculos são construídos a partir das experiências iniciais de apego, lá na infância. Sendo assim, a maneira como um indivíduo foi cuidado e os vínculos que estabelece possibilitam à criança uma base de segurança e confiança que contribuirá para construir padrões saudáveis de relacionamento (BOWLBY, 1989).

Segundo Winnicott (1980) afirma que desde o primeiro ano de vida da criança o emocional está desenvolvendo-se para uma vida adulta saudável. O desenvolvimento do vínculo na primeira infância se dá na relação com a mãe e inicia-se na gestação. Ao longo da gravidez, a mãe se prepara para os cuidados com o seu filho e desenvolve uma postura afetiva, porém, com o crescimento da criança, esse vínculo vai se modificando, conforme a criança se torna independente.

As teorias mencionadas reforçam a importância do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), pois o serviço propõe que as crianças e adolescentes acolhidos vivenciem a vinculação, além de conviver em um ambiente afetivo e com os cuidados necessários (PINHEIRO, *et al.*, 2021b). Essa vinculação também deve ser mantida com a família de origem. Para isso, é fundamental que após o afastamento da família e o processo inicial de atendimento, as crianças e adolescentes acolhidos mantenham o vínculo com a família de origem, pois, ao afastar uma criança de sua família, esta se sente ameaçada, e, para evitar ou diminuir o sofrimento decorrente dessa separação, a família de origem deve estar presente na nova rotina da criança e/ou adolescente (VALENTE, 2013).

Ademais, outro aspecto que deve ser levado em consideração quando se fala sobre apego e vínculo, são as famílias que se dispõem a acolher crianças e adolescentes

em seus lares. Por vezes, existem preocupações de que os vínculos estabelecidos com as famílias acolhedoras possam prejudicar o desejo da criança de retornar à família de origem. No entanto, segundo a pesquisa realizada por Jane Valente e relatada no livro "Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento", a experiência relatada pelos diversos envolvidos demonstra que isso não ocorre. Pelo contrário, o relato dos envolvidos no serviço mostrou que cada um viveu intensamente as relações de apego, construindo vínculos que permaneceram (sempre que possível) e, em nenhuma situação, esses vínculos foram construídos em substituição aos que a criança ou o adolescente mantinham com sua própria família. Outro aspecto é que nenhuma das crianças expressou o desejo de valorizar mais o vínculo com a família acolhedora por razões de conforto ou financeiras do que com as famílias de origem (VALENTE, 2013).

Apesar de o acolhimento familiar acontecer em um contexto de rupturas, mudanças, distâncias e confronto com o desconhecido, é uma experiência que permite que a criança ou adolescente experiencie um estilo de vida familiar diferente, assim como possibilita reorganizar e construir novas bases, estabelecer novas relações, apresenta uma possibilidade de ressignificação e aprendizagem (GIMENO, 2001, *apud* KUABARA, et al, 2016). Além disso, esse ambiente proporciona contato com o novo, trocas e oportunidades (KUABARA, et al, 2016).

Um assunto bastante discutido no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é acerca do tratamento pessoal das crianças e dos adolescentes acolhidos na relação com os membros da família acolhedora: a possibilidade de chamar ou não a família acolhedora pelo próprio nome, ou por "tio" e "tia", ou mesmo por "pai" e "mãe". Entretanto, na pesquisa de Valente (2013), esse não foi um aspecto que dificultou a vinculação, nem no momento da reintegração familiar, nem no da adoção. A partir disso, os profissionais mudaram as orientações compartilhadas no momento da formação e do acompanhamento das famílias acolhedoras. Atualmente, é a criança/adolescente que decide, naturalmente, a forma como quer chamar os membros da família com os quais passar a conviver temporariamente.

1.4 DESACOLHIMENTO

O primeiro medo manifestado pelas famílias que pretendem participar do serviço é o medo de sofrer com a despedida no desacolhimento. Por esse motivo,

durante todo o processo, desde a formação, formalização de sua habilitação e processo de formação continuada, o SFA traz discussões acerca da provisoriedade da medida e o processo de despedida da criança e adolescente. Portanto, ao decidir ser uma família acolhedora, é necessário a reflexão de como se dará a relação de separação e a maneira como são construídos seus padrões de apego e desapego. Mesmo após o acolhimento ser iniciado, o tema transitoriedade continua a ser trabalhado, para que as famílias acolhedoras tenham espaço para dialogar com a equipe técnica sobre quais são suas percepções e sentimentos acerca da rotina com a criança e/ou adolescente (PINHEIRO, *et al.*, 2021b).

O acolhimento familiar exige inúmeras adaptações, de todas as partes envolvidas, da criança/adolescente que será acolhida, da equipe técnica que conduzirá a situação e também da família que acolherá esses indivíduos. Por esse motivo, a equipe técnica tem uma fala recorrente, que afirma que a preparação para o encerramento da medida protetiva começa no primeiro dia de acolhimento. Ou seja, esse trabalho é marcado por práticas que têm por objetivo garantir a provisoriedade e os encaminhamentos para que haja efetividade nas ações. Esse processo de desligamento se dá por uma destas formas: reintegração familiar (família de origem ou extensa); adoção (nacional ou internacional); maioridade (18 anos ou, excepcionalmente, aos 21 anos) (PINHEIRO, *et al.*, 2021b).

Ademais, para que o processo aconteça de forma tranquila a criança e/ou adolescente deve ser parte atuante no processo de retorno. Um retorno progressivo facilita a construção, por parte da família de origem, extensa ou adotiva, de forma que possam se relacionar de maneira afetiva, saudável e protetiva. Além disso, o processo que ocorre de maneira progressiva permite que a criança e o adolescente desenvolvam um importante organizador psíquico, gerando espaços temporais e concretos para compreender o seu retorno e a saída da casa da família acolhedora (PINHEIRO, *et al.*, 2021b).

O Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (CONANDA), descreve as orientações técnicas sobre os serviços de acolhimento à infância e juventude. O material afirma que é função da equipe técnica dar suporte à família acolhedora no desacolhimento e garantir, na medida do possível, que a criança e o adolescente mantenham a vinculação com a família acolhedora. Além disso, após o processo de desligamento, a equipe técnica deve realizar encontros com a família

acolhedora, oferecendo apoio psicossocial e orientado à família acolhedora sobre a manutenção dos vínculos com o acolhido (CONANDA, 2009).

Apesar da recomendação de que se mantenha o contato entre a família acolhedora e a criança e/ou adolescente, não existem garantias. Isso fica a critério de cada núcleo familiar e precisa ser respeitado, mesmo que a equipe técnica sugira o encontro e a manutenção de contato, pois são interessantes para o bem-estar da criança e/ou adolescente (PINHEIRO, *et al.*, 2021b).

2 MÉTODOS

Nesse tópico, será elencado o procedimento metodológico trilhado, o que possibilita a transmissão do conhecimento adquirido e instiga a curiosidade por investigações no campo pesquisado - Serviço em Família Acolhedora – sob o ponto de vista da natureza. Trata-se de uma pesquisa básica, a qual tem por objetivo gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual tanto a interpretação dos fenômenos como a atribuição de significados são essenciais no processo de pesquisa qualitativa, e analisados de forma subjetiva, não generalizáveis. Além disso, esse tipo de pesquisa não utiliza técnicas e métodos estatísticos. Em relação aos objetivos, caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, que visa registrar fatos e descrever características de determinada população ou fenômeno, sem realizar inferências. Em relação aos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa de campo. Esse método tem como objetivo buscar informações a respeito de um problema para o qual se buscam respostas. Para tal, os fenômenos são observados, os dados coletados, as variáveis relevantes são registradas e analisadas (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Para a realização da pesquisa, as pesquisadoras entraram em contato com a Coordenadora responsável pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. A responsável fez a indicação de 05 (cinco) cuidadores que passaram o maior tempo com a criança e/ou adolescente, e estavam cadastrados no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e vivenciaram o processo do desacolhimento uma ou mais vezes. A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2023, de forma *on-line* via *Google Meet* e conduzida por roteiro semi-estruturado, contendo 11 perguntas, com duração de 50 minutos. Após este momento, foram realizadas análise e interpretação dos dados coletados, nas quais recorreu-se à técnica de análise do conteúdo e realizou-se a

nomeação fictícia dos participantes. É importante ressaltar, que apenas mulheres se encaixaram nos critérios de inclusão elencados no presente trabalho, sendo que a média de idade era de 49 anos e todas eram donas de casa. Em seguida, foram elencados os eixos temáticos, os núcleos de sentidos e as categorias de análise encontradas no estudo, efetuando, assim, a síntese interpretativa dos resultados sob a ótica da abordagem psicanalítica. Para finalizar, foi elaborada a conclusão deste estudo.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados que serão apresentados foram obtidos através das entrevistas realizadas com cuidadores que passam o maior tempo com a criança e/ou adolescente, e estão cadastrados no Serviço de Acolhimento Familiar.

Após as entrevistas, foram realizadas as transcrições e leitura flutuante, e as respostas similares foram selecionadas e categorizadas. Foram especificadas como resultado da pesquisa quatro categorias de análise: transitoriedade no acolhimento; formas de enfrentamento perante o desacolhimento; mulheres já envolvidas com atividades de cuidado de crianças anteriormente ao serviço de acolhimento familiar; e motivação em continuar no serviço de acolhimento familiar. A seguir, serão apresentadas cada categoria e suas respectivas discussões, assim como seus resultados.

3.1 TRANSITORIEDADE NO ACOLHIMENTO

Tendo em vista a perspectiva legal, assim como nos serviços de acolhimento institucional, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora deve ordenar-se segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente (principalmente no que concerne à excepcionalidade e à provisoriedade do acolhimento); a dedicação na reintegração à família de origem, nuclear ou extensa; a conservação do vínculo afetivo entre grupos de irmãos e a contínua articulação entre a Justiça da Infância e da Juventude e a rede de serviços (BRASIL 2009). O prazo de permanência da criança ou adolescente é de até dois anos, e para que isso seja cumprido, existe um acompanhamento sistemático. Após o prazo estipulado, a criança deve retornar ao convívio familiar ou, na inviabilidade, o acolhido deve ser encaminhado para família substituta. Um dos principais pilares da avaliação a respeito do tempo de permanência

no serviço de acolhimento deve ser o que melhor atende ao interesse dos acolhidos (BRASIL, 2009).

De acordo com a Lei nº 12.010, de 3 de Agosto de 2009, art. 101 § 9, se reconhecida a impossibilidade de reintegração do acolhido à família de origem, será enviado um relatório ao Ministério Público, no qual haja detalhes das medidas tomadas e a recomendação explícita pelos responsáveis da garantia do direito à convivência familiar, para destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda. E segundo o § 10, tendo sido recepcionado o relatório, o Ministério Público terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar com a ação de destituição do poder familiar, garantindo, caso necessário, a realização de consultas complementares ou outras disposições fundamentais ao ajuizamento da demanda (BRASIL, 2009).

Dado que este serviço é de natureza temporária, é responsabilidade da equipe técnica, desde o início da formação, orientar os participantes a respeito das peculiaridades da dinâmica de trabalho e os objetivos do acolhimento familiar para crianças e adolescentes. Ao final dos encontros em grupo, espera-se que cada família tenha adquirido informações suficientes para tomar uma decisão sobre sua participação no SFA. Embora a formação inicial desempenhe um papel crucial no processo de se tornar uma família acolhedora, não deve ser a única oportunidade de formação oferecida às famílias (PINHEIRO, *et al.*, 2021c).

A compreensão do papel do acolhedor e da natureza temporária da medida é uma das características e critérios levados em consideração na seleção das famílias candidatas. A partir disso, é possível afirmar que a provisoriedade dessa medida é destacada pela equipe técnica, para que as famílias possam se preparar para esse processo (PINHEIRO, *et al.*, 2021c).

E no que concerne à categoria analisada, foram identificadas semelhanças nas falas e no processo de desacolhimento de todas as cuidadoras pesquisadas, revelando unanimidade na percepção das cuidadoras em relação à transitoriedade do processo, reafirmando o discurso da equipe técnica acerca da provisoriedade do serviço, como observável em alguns trechos das participantes:

[...] É pra mim, eu sei que eu estou só acolhendo eles, né? Sei que eles não vão morar comigo a vida toda. Né? [...] Então a gente sabe, eu mesmo eu sei que não é pra mim ficar a vida toda assim, né? Eles têm uma hora que eles vão. Isso aí é a mesma coisa da gente ter um filho. A gente tem um filho, não é para a gente. O nosso filho é para o mundo (*sic*) (ALANA).

[...] Deu a hora deles partir, é... eu estou preparada para deixar eles seguir (*sic*) (FERNANDA).

[...] Mas assim a gente tem que pegar sabendo que não é da gente, né, que é por um tempo só, mas só que mesmo assim, coração dói, muito.” “Então, a única coisa que é difícil é o coração da gente, né? (*sic*) (BARBARA).

[...] Ó, vou falar uma coisa bem certa para vocês, né? [...] Pode dar o amor, pode dar o carinho, pode dar tudo o que eles precisa, mas o apego com eles a gente não pode ter porque eles não são da gente.” “Ahhh, quando eles vêm abraçar a gente, né, pra ir embora. Quando eles vêm abraçar a gente pra ir embora. Aí sempre dá aquela dorzinha no coração da gente, sabe? (*sic*) (RENATA).

[...] Na verdade, mas só que daí como eu já eu vinha trabalhando meu coração, que eu sabia que ela não ia poder ficar para sempre comigo. [...] Desde o dia que eles vêm aqui em casa. Eu já pensei que eles não vão poder ficar comigo para sempre, que vai ser por um tempo que eu vou cuidar deles para ajudar eles. E eles têm que seguir a vida, né? Ou eles vão voltar pra casa deles, ou eles vão para adoção, né? E aí a gente no curso, a gente aprendeu, né, que vai ter as pessoas que vão aceitar que a gente tenha contato com eles e têm aquelas pessoas que não, né? E daí a gente tem que respeitar, né? (*sic*) (MONIQUE)

Freud (1996), em seu escrito “*A Transitoriedade*”, descreve a angústia de um poeta, que perante uma bela paisagem, perturbava-se com a ideia de que toda aquela beleza estava condenada à extinção, pois desapareceria no inverno. Todavia, Freud discorda das colocações feitas pelo poeta, pois afirma que a transitoriedade agrega maior valor. Valorizar a transitoriedade é valorizar a raridade no tempo. Portanto, seria incompreensível que a ideia da transitoriedade do belo devesse perturbar a alegria que ele nos proporciona. Este aspecto pode ser observado no discurso das cuidadoras pesquisadas, pois mesmo tendo o conhecimento de que se tratava de uma medida provisória, elas demonstraram apreciar cada dia com os acolhidos e isso pode ser observado nas seguintes falas:

[...] Porque eles tão aqui em casa, a gente é uma família (*sic*). (ALANA)

[...] Eu, em termos do desacolhimento, eu penso assim, que eu tenho que cuidar, dar o amor, carinho e a proteção que eles precisam enquanto eles estão comigo (*sic*). (FERNANDA)

[...] Pode dar o amor, pode dar o carinho, pode dar tudo o que eles precisa, mas o apego com eles a gente não pode ter porque eles não são da gente (*sic*). (BARBARA)

[...] Que vai ser por um tempo que eu vou cuidar deles para ajudar eles (*sic*). (MONIQUE)

O tema transitoriedade não pode ser considerado de forma isolada da temática do luto, pois nos relatos das participantes, há dor no momento da separação/partida dos acolhidos, assim como ocorre no luto.

3.2 FORMAS DE ENFRENTAMENTO DIANTE O DESACOLHIMENTO

Um dos objetivos específicos definidos previamente deste trabalho era o de identificar diferentes formas de enfrentamento do processo de desacolhimento. Durante as entrevistas, foi possível identificar estas diferenças e semelhanças nos discursos relatados. Em seguida, foram destacados alguns dos relatos das cuidadoras acerca dos sentimentos que enfrentam no processo de desacolhimento:

[...] tristeza! [...] Porque eles tão aqui em casa, a gente é uma família, então parece que está arrancando um pedaço da gente. É uma dor... meu Deus do céu, mas a gente tem que aguentar calada (*sic*) (ALANA).

[...] Nesse termo, assim sente aquela falta, mas partiu, a gente tem que deixar aí. Né? (*sic*) (FERNANDA)

[...] Ai, muito, muito triste, porque a gente se apegava com eles, né? (*sic*) (BARBARA)

[...] Só que na hora de desligar eles da gente, a gente sente, lógico, né? Porque ficaram todo aquele tempo com a gente, só que a gente não pode, porque eles foram adotado (*sic*) (RENATA).

[...] Para mim, assim, na hora foi um susto, né [...] Tipo assim, o dia que ela foi embora, daí eu tentei não chorar perto dela. Para ela ficar triste, né? Chorei só um pouquinho e falei que um dia a gente ia se encontrar. Foi assim, sofri, mas não aquele sofrimento que me prejudicou e nem prejudicasse ela. Aí, só meus filhos assim que sofreram um pouquinho mais, né? Porque eles até hoje sentem falta delas (*sic*) (MONIQUE).

[...] Então assim, eu até. Eu brinco com a Joyce e com a Rose quando elas vem aqui em casa, que não é para deixar nós sem crianças. Vocês levam um, mais traz outro. (risos) Não deixa nós sem, que é, é muito ruim, sozinho, sabe? Ainda mais assim, meu marido. O horário que ele trabalha, eu, a maioria do tempo, eu estou sozinha em casa, então tendo uma criança ali preenche totalmente o vazio da gente (*sic*) (BARBARA).

Tais sentimentos, que são expressados pelas participantes como “tristeza” e “falta”, podem ser compreendidos como parte de um processo de luto, tendo em vista que as experiências de perda às vezes se revelam como situações difíceis de processar. No texto "Luto e Melancolia", Sigmund Freud (2010) introduz a ideia de luto como a reação à perda de um ente querido ou de algo abstrato que tenha ocupado um lugar significativo na vida do indivíduo, como o país, a liberdade ou ideais pessoais. Dentro

desse contexto, os sentimentos associados ao luto são caracterizados por uma profunda tristeza, um doloroso abatimento, a perda de interesse pelo mundo exterior e a incapacidade de encontrar um novo objeto de afeto. O luto implica em uma reorganização necessária do investimento libidinal em outros objetos, um processo que mobiliza o “eu” e emoções inconscientes. Como consequência, Freud afirma que o luto tem um caráter singular, que pode ser vivenciado de várias formas, envolvendo perdas relacionadas à morte propriamente dita ou perdas subjetivas.

A morte, o luto e o renascimento desempenham papéis cruciais no processo de formação do indivíduo. Desde os primeiros estágios da vida, ele é confrontado com uma série de experiências de luto que estabelecem as bases para o funcionamento de seu aparelho psíquico. Um desses momentos primordiais é o desmame do bebê, durante o desmame, o bebê precisa enfrentar o luto em relação à separação do seio materno, bem como tudo o que ele simboliza, incluindo conforto, nutrição e segurança. Como resultado desse processo, ocorre o renascimento, em que o bebê direciona seu interesse para explorar o mundo e, gradualmente, se separa da mãe, adquirindo a capacidade de se tornar um sujeito independente. Ao longo da vida, em outros momentos de luto, a pessoa tende a reeditar os lutos anteriores, especialmente aqueles relacionados às primeiras separações dos pais (FREUD, 2010).

Como mencionado no tópico anterior, as famílias participantes do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora já têm consciência de que este processo é provisório, sendo assim, tem um fim determinado. Contudo, isso não significa que essas famílias não tenham que lidar com sentimentos de desconforto para enfrentar tal circunstância, ao contrário disso, durante as falas é notório que as cuidadoras relatam seus sentimentos de angústia acerca do desacolhimento. Todavia, só é possível verificar isso após uma análise minuciosa, já que nos discursos dessas mulheres o sentimento de luto é velado e elas buscam uma forma racional de enxergar a situação.

Sendo assim, apesar dos relatos de sentimentos de tristeza, as cuidadoras demonstram utilizar (inconscientemente) da racionalização como mecanismo de defesa. A racionalização é o processo de encontrar justificativas lógicas e racionais para pensamentos e ações que, de outra forma, seriam considerados inaceitáveis. É o mecanismo pelo qual alguém elabora uma explicação que é coerente do ponto de vista lógico ou moral para atitudes, ações, ideias ou sentimentos que provocam desconforto. A racionalização é frequentemente usada para legitimar comportamentos quando, na realidade, as razões para essas ações não são socialmente apropriadas (VOLPI, 2008).

A partir do proposto por Volpi (2008), pode-se afirmar que as cuidadoras utilizam desse mecanismo de defesa para explicar sentimentos que provocam desconforto e até mesmo para se adequar no que é socialmente aceito para uma família acolhedora, já que, desde o início desse processo, as orientações são claras e as famílias são orientadas de que esse é um processo transitório. Dessa forma, a fim de cumprir uma responsabilidade social, as famílias acabam repetindo esse discurso. Seguem exemplos:

[...] É uma dor...meu Deus do céu, mas a gente tem que aguentar calada (*sic*) (ALANA).

[...] Quando a gente faz o curso, a gente já é aconselhado que a gente não pode se apegar com eles (*sic*) (RENATA).

O luto, embora profundamente doloroso, é um processo natural que, com o tempo, tende a se resolver. À medida que aceita-se a perda e abre-se mão daquilo que se perdeu, o próprio luto também diminui e se dissolve. A libido, especialmente quando jovem e cheio de vitalidade, volta a estar disponível para ligar-se a novos objetos, que podem ser igualmente preciosos ou até mais valiosos do que aqueles que se perderam. Esse processo de recuperação emocional nos permite seguir em frente e encontrar novas fontes de significado e alegria (FREUD, 1996).

3.3 MULHERES JÁ ENVOLVIDAS COM ATIVIDADES DE CUIDADO DE CRIANÇAS ANTERIORMENTE AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

A partir da análise de conteúdo, foi possível observar que duas das entrevistadas tinham se envolvido anteriormente com projetos relacionados ao cuidado e, posteriormente a isso, ingressaram no Serviço de Acolhimento Familiar. Além disso, as outras entrevistadas compartilharam terem sido as responsáveis pelo cuidado de filhos, netos e etc. Esse aspecto pode ser observado nas seguintes falas:

[...] Então, foi dia 8 de março, então fui aqui no clube, o clube de mães sempre ia nos eventos e eu achei um papelzinho.” (*sic*) “É minha filha. Minha filha é adotiva.” (ALANA).

[...] É, na verdade, quando tinha a...é, a gente fala a casa lar, né? Que acolhia as crianças lá no abrigo? Daí é, tinha como...é...ser padrinhos, né? Pegava a criança durante o final de semana. É, e daí? Depois surgiu, né? Nós ficamos sabendo da família acolhedora, daí fomos convidados para fazer o curso (*sic*)

(FERNANDA).

[...] Olha, foi das crianças que eu já acolhi a vez passada, a própria vó deles que me falou, né? Porque as crianças estavam na rua, né? Daí foi acolhido com as pessoas e daí nessas crianças estavam lá com eles, daí precisava sair de lá e ir para outra família, né? Daí eu perguntei para elas, como é que era? Daí ela me explicou, daí eu peguei, liguei para as meninas, né? Daí eu entrei, já fiz o curso. E já entrei de família. Acolhedora, né? Da família acolhedora, eu já acolhi 5. Daí fora que já tem, óia, eu tô com 63 anos, que nem eu falei, né? Eu já perdi as contas das crianças que passaram de outras mães comigo (*sic*) (RENATA).

[...] É que a minha filha Raquel, me deu muito trabalho. Ela era muito doente, tinha depressão. Aí eu fiz uma promessa, né? Que se ela ficasse bem, eu ia adotar uma criança. E daí ela melhorou e apareceu uma amiga minha que comentou sobre a família acolhedora, né? Então, em vez de adotar uma criança, eu decidi ajudar essas. Que precisam mais, né? E eu gostei da ideia e já fui, me cadastrei e já comecei (*sic*) (MONIQUE).

A partir das falas elencadas acima, podemos compreender que as entrevistadas demonstram que o cuidado com o outro se faz presente em suas subjetividades. Para a psicanálise, o cuidado desempenha um papel fundamental na construção de nossa subjetividade, à medida que o processo de formação e desenvolvimento do indivíduo humano se estende desde o momento de sua concepção até o fim de sua vida, manifestando-se de diversas formas e modalidades de atenção (ROCHA, 2013).

Freud discorre a respeito da criatura humana como um ser desejante, que persiste em busca de um falso objeto com a ideia de completude com a qual nos impulsionamos renovadamente, a cada momento reencontrando substitutos simbólicos em uma eterna satisfação parcial, constituído em torno da falta; objeto que inevitavelmente foi perdido para que pudéssemos adentrar a linguagem, por conseguinte, foi o preço pago pela inclusão na cultura, ficando assim caracterizado o mal-estar inerente ao ser humano, de modo que a distância entre o objeto almejado e os que encontramos configura a própria dimensão psíquica, o tal desejo: que pode representar-se na figura da falta, mas, de fato, o vazio fundamental é que motiva e promove o deslocamento na busca, concorrendo na construção do decurso de uma vida (PETRI, 2009).

Ademais, além do aspecto do cuidado observado nas entrevistas, é possível identificar que as entrevistadas repetem esse ciclo do cuidado ao longo dos anos. No livro "O Acaso e a Repetição em Psicanálise", Garcia-Roza (2003) explica que, nas culturas arcaicas e primitivas, o ser humano segue esse padrão de repetição. E é por meio da repetição que os eventos cotidianos adquirem significado e autenticidade, porque a capacidade de repetir em momentos posteriores proporciona uma sensação de segurança, uma vez que o desconhecido pode provocar estranheza. Essa dinâmica

também pode ser identificada nas falas das entrevistadas, que dizem ser inexplicáveis as motivações para se manterem no Serviço de Acolhimento Familiar.

3.4 MOTIVAÇÃO EM CONTINUAR NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Ao considerar a motivação das entrevistadas em continuar no Serviço de Acolhimento, observa-se que, para algumas, o sentimento referido é o amor aos acolhidos, no entanto, uma das entrevistadas expôs que vê o acolhimento com as mesmas responsabilidades de um trabalho remunerado. Ao serem questionadas a respeito do que as motiva continuar prestando o serviço, apresentaram as seguintes respostas:

[...] Eu gosto. Não tem esse negócio...que nem, ela (filha da entrevistada) vai para a aula e têm dias que ela fica o dia inteiro, a semana inteira, só agora que está sem estágio, daí ela que vem na segunda e na quinta, mas, se não, é a semana inteira só no colégio, isso. Daí eu sozinha em casa, só eu e meu marido (*sic*) (ALANA).

[...] Ai, eu acho que o amor pelas crianças mesmo. (*sic*) (FERNANDA).

[...] Ah, é o carinho, né? O carinho que a gente tem, o vazio que é preenchido (*sic*) (BARBARA).

[...] Oh, eu sou bem franca de falar, sabe que eu não gosto de mentira. Eu gosto da verdade. Porque...porque a gente ganha um salário, né, querendo não há o salário, né? (*sic*) (RENATA).

[...] Nem eu sei explicar para vocês. Sabe, é muito gostoso. É uma emoção assim tão boa de você ver eles que, tanto como você aprende com eles, como a gente ensina eles também, sabe (*sic*) (MONIQUE).

A resposta de Renata destaca-se notavelmente em relação às outras entrevistadas. Diferentemente dos relatos das demais, o que a motiva a continuar no serviço de acolhimento é a remuneração recebida para desempenhar essa função. Essa resposta permitiu explorar uma nova perspectiva sobre o tema, pois demonstra que Renata encara essa atividade como um trabalho.

Ademais, Alana, em seus relatos, afirma continuar no serviço de acolhimento, pois seus familiares não passam muito tempo em casa e, com as crianças, ela tem companhia. Barbara tem um discurso similar, afirmando que sente um vazio que é preenchido quando tem acolhidos em sua casa. E sob o olhar da psicanálise, a impossibilidade de encontrar um objeto de completude é nomeada como falta.

Embora Freud não tenha explicitamente mencionado o termo "motivação" em sua obra, é possível encontrar uma analogia notável entre as características da pulsão e

os atributos da motivação (GODOI, 2002). Freud articula a pulsão não como uma força que age e causa um impacto momentâneo, mas sim como uma força que tem influência constante e persistente no indivíduo, com caráter intrínseco ao organismo, em virtude de que o estímulo pulsional não provém do ambiente externo, mas sim do próprio organismo (FREUD, 1982).

Foi possível depreender nos relatos de todas as cuidadoras que há uma força que as impulsiona a continuarem no serviço e no cuidado das crianças ou adolescentes, mesmo com as dificuldades vivenciadas se repetindo. Segundo Samico e Barbosa (2019), a compulsão é um aspecto da pulsão que, quando registrada no psiquismo, determina um caminho a seguir, ocasionando a repetição. Na impossibilidade de criar novos caminhos, há a compulsão à repetição que observamos no discurso das cuidadoras.

Além disso, é possível observar que a motivação das entrevistadas difere em alguma medida, já que essas são originárias do mundo subjetivo de cada uma. Todavia, é importante ressaltar que Renata, assim como as demais, repete o ato de cuidar ao longo de sua vida.

Ademais, a partir da análise de conteúdo, é possível concluir que as entrevistadas apresentam uma variedade de motivações para continuar no serviço de acolhimento. Essas diferentes motivações podem ser vistas como reflexos da subjetividade do indivíduo, assim como a maneira de enfrentar o desacolhimento, pois são influenciados por fatores situacionais e características pessoais. As diferentes perspectivas destacam a complexidade das experiências humanas e a importância de considerar a individualidade dos envolvidos ao abordar questões relacionadas ao acolhimento e de acolhimento de crianças e adolescentes nesse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, depreende-se conhecer a respeito do Serviço de Acolhimento Familiar em família acolhedora, que é uma alternativa de proteção que se difere do acolhimento institucional, normalmente realizado em abrigos, tendo em vista que a família acolhedora proporciona a criação de vínculos afetivos, convivência familiar e inserção na comunidade, com o foco de ampliar o olhar científico acerca do processo de desacolhimento, promovendo a conscientização em relação ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e sua divulgação.

Desde o momento da formação, as famílias acolhedoras são informadas acerca da transitoriedade do acolhimento, e a formação continuada do SFA é construída no intuito de facilitar esse processo. Todavia, isso não elimina todas as dificuldades encontradas pelas famílias participantes, sendo assim, o objetivo do trabalho foi o de investigar as perspectivas dos principais cuidadores registrados no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em relação ao processo de desacolhimento, por intermédio das entrevistas semiestruturadas e análise do conteúdo.

Após a análise dos dados, é possível afirmar que o processo de desacolhimento pode ser entendido como luto, todavia, esse luto é vivenciado de forma velada. Isso ocorre porque, apesar de o tema transitoriedade ser amplamente trabalhado nos cursos de formação para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e ter se mostrado eficiente, ainda não elimina os sentimentos de luto relacionados a esse momento. Mesmo dispondo de plena consciência de que o processo de desacolhimento irá acontecer, é necessário abrir espaço para que as famílias possam compartilhar sobre suas dores, e que assim, ao falarem das emoções e vivências, sejam capazes de elaborar e se sentir acolhidas em seus lutos.

Conclui-se, portanto, que as pesquisadoras alcançaram com êxito seu objetivo de compreender as perspectivas das famílias acolhedoras em relação ao processo de desacolhimento. Isso se reflete nas informações e depoimentos consistentes obtidos ao longo das entrevistas. Além disso, as entrevistas permitiram uma compreensão mais profunda das várias maneiras de enfrentar o processo de desacolhimento. É essencial a continuidade de estudos científicos para contribuir com o entendimento deste serviço e compreender questões referentes e citadas, mas não abarcadas pelo trabalho, a respeito de tratar o serviço como um trabalho remunerado.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, John. **O papel do apego no desenvolvimento da personalidade**. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL. **Estatuto da criança e adolescente**. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. 2022. Brasília. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf. Acesso em: 09. Set. 2023.

BRASIL. **Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes**, 2009. Brasília 2009. Disponível

em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 1 Out. 2023.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social (Coord.) **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** 2009. Brasília. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 13 Set. 2023.

COSTA, Fernanda Moraes. **O serviço família acolhedora no município de Ituiutaba: processo de implantação.** 2022. Disponível em: www.repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34369/4/Servi%c3%a7oFamiliaAcolhedora.pdf. Acesso em: 17 Set. 2023.

FREUD, Sigmund. **Sobre a transitoriedade.** In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, p. 317.

_____. 1856-1939. **Introdução ao narcisismo:** ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Além do princípio do prazer** (1920). In: _____. Além do princípio de prazer psicologia de grupo e outros trabalhos. Obras completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Acaso e repetição em psicanálise:** uma introdução a teoria das pulsões (1936). 7.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GODOI, Christiane Kleinübing. **Pulsão e Cognição:** categorias da motivação na aprendizagem. Revista de Ciências Humanas, v. 32, p. 329-347, 2002. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25268. Acesso em: 20 Set. 2023.

KUABARA, Cláudia Yuri Souza. *et al.* **Família acolhedora:** o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. Estilos da Clínica, v. 21, n. 2, p. 346-365, 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/estic/article/view/131013. Acesso em: 20 Set. 2023.

OLIVEIRA, Denise Andreia. **Política pública e voluntariado:** um estudo sobre o serviço "Família Acolhedora" no Brasil. Revista Praia Vermelha, v. 30, n. 2. Disponível em: www.revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/30932/21350. Acesso em: 19 Set. 2023.

PETRI, Renata. **O sujeito do desejo inconsciente.** Revista Educação & Psicologia, v. 1, p. 26-37, 2009. Disponível em: www.acervo-digital.espm.br/clipping/20090318/o_sujeito_do_desejo_inconsciente-14.pdf. Acesso em: 19 Set. 2023.

PINHEIRO, A. *et al.* **Guia de Acolhimento Familiar:** Implantação de um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2021a.

_____. **Guia de Acolhimento Familiar:** Chegadas e partidas trabalhando as transições. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2021b.

_____. **Guia de Acolhimento Familiar:** Mobilização, seleção e formação de famílias acolhedoras. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2021c.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** - 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

ROCHA, Zeferino. **Para uma clínica psicanalítica do cuidado.** Tempo psicanalítico, v. 45, n. 2, p. 453-471, 2013. Disponível em: www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382013000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 19 Set. 2023.

SAMICO, Fernanda Cabral; DOS SANTOS BARBOSA, Kamilla Mariano. **Um estudo metapsicológico sobre o conceito de pulsão de morte e sua articulação com a repetição.** Revista Mosaico, v. 10, n. 2Sup, p. 48-54, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1833/1335>. Acesso em: 21 Out. 2023.

SANTOS, Elisangela Regina Machado dos *et al.* **Família acolhedora:** o serviço de acolhimento familiar para crianças e adolescentes em Santa Catarina. 2021. Disponível em: www.repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224701. Acesso em: 17 Set. 2023.

TOLEDO, Andrielly Darcanchy. **Famílias acolhedoras:** uma revisão crítica da literatura científica sobre acolhimento familiar de crianças e adolescentes. 2022. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19122022-175638/publico/toledo_corrigida.pdf. Acesso em: 12 Set. 2023.

VALENTE, Jane. **Família Acolhedora.** As relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento. São Paulo, 2013.

VOLPI, José Henrique. **Mecanismos de defesa.** Artigo do curso de especialização em Psicologia Corporal. Curitiba: Centro Reichiano, 2008. Disponível em: www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/Mecanismos%20de%20Defesa.pdf. Acesso em: 12 Set. 2023.

WINNICOTT, Donald Woods. (1980). **A família e o desenvolvimento do indivíduo.** Belo Horizonte, MG: Interlivros.